



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMDAS
GABINETE DO SECRETÁRIO**

Motivo da escolha

Motivo da escolha do fornecedor

JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO DIRETA O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir com fulcro no art. 4º da Lei 13.979/20, e suas alterações, e subsidiariamente no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, e ainda, em obediência as medidas de contenções divulgadas pela Organização Mundial da Saúde, tais ações propiciam a aquisições de materiais e/ou contratação de empresa para fornecimentos essenciais para o combate a disseminação do vírus em nosso município, que por sua vez, viabiliza a contratação em momento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo. I - **CARACTERIZAÇÃO DA JUSTIFICA A DISPENSA:** a) Decreto Emergencial nº 22, de 23 de março de 2020, expedido pela Prefeitura Municipal de Vitória Sr. José da Assunção Ferreira Câmara Prefeito em Exercício de Vitória do Jari-ap. através especialmente no que trata o Seu Art. 1º. In verbis: Art. 1º- Fica decretado o estado de calamidade pública em razão da pandemia causada pela corona vírus (COVID-19), estando autorizado o Poder Executivo Municipal e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social a adotar medidas excepcionais que forem necessárias para combater o COVID-19, observada a legislação vigente, em especial a Lei 13.979/2020, incluído pela Medida Provisória 926/2020, da Coronavírus COVID -19, Decreto Municipal nº129/2020 e o Decreto Estadual nº1415/2020, Fulcro no inciso II, do Art. 26, Art. Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

Justificativa do preço

II - Razão da Escolha do O fornecedor/prestador identificada no item II foi escolhido porque (I) é do ramo pertinente ao objeto demandado; (II) apresentou toda a documentação referente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeiro e qualificação técnica, o preço está de conformidade com o de mercado, o que caracteriza vantajosa a contratação à Administração Pública local. III - Justificativa do Preço: os preços praticados são de mercado, itens que demonstram, sem maiores aprofundamentos, que o valor está adequado ao praticado, notadamente considerando-se a CONSULTADE PREÇOS em apenso aos autos. Insta salientar que a Comissão Especial licitação-CELCSO-SEMDAS-FMAS/PMVJ, 1.1 A disposição dos interessados para consulta no <http://www.vitoriadojari.ap.gov.br> remeter para a Comissão Especial de Licitação-SEMDAS-FMAS-PMVJ através do e-mail: fmass2827@gmail.com. A Partir do dia 18 de agosto de 2020. Os interessados deverão, obrigatoriamente, enviar proposta por endereço de e-mail: fmass2827@gmail.com. formato PDF até às 11h59min horas do dia 20 de agosto de 2020. Estarão automaticamente desclassificadas as empresas que enviarem a proposta fora do prazo estabelecido.

1.2 A Contratação será realizada a partir da análise da proposta comercial, mais vantajosa enviada por e-mail pelas empresas, e proposta menor valor será convocada para apresentação da documentação habilitatória exigida no item 4 deste Edital realizou a cotação de preços com as empresas: R.MIRANDA MONTEIRO-ME CNPJ 01.405.368/0001- encaminho da sua Proposta de Preços no Valor de R\$ 388.000,00 (trezentos e oitenta e oito mil reais), empresas: H.COSTA GOMES-ME CNPJ11.266.410/0001-03 encaminho a sua Proposta de Preços no Valor de R\$ 390.250,00 (Trezentos e Noventa Mil, Duzentos e cinquenta reais), empresas: E L BASTOS-ME CNPJ 20.628.013/0001-17 encaminho da sua Proposta de Preços no Valor de R\$ 395.750,00 (Trezentos e noventa e cinco mil. setecentos e cinquenta reais), empresas: EDER B.SERRÃ-EPP, CNPJ 09.078.896/0001-04, encaminho da sua Proposta de Preços no Valor de R\$ 422.500,00 (quatrocentos e vinte e dos mil, e quinhentos reais), porém, somente o valor mais vantajoso foi da empresa: R.MIRANDA MONTEIRO-ME CNPJ 01.405.368/0001-, foi possível a confirmação do melhor custo benefício, pois a mesma enviara as documentações solicitadas e se prontificou para a entrega imediata dos produtos, de acordo com as condições constantes na solicitação do ordenador de despesa. Desta feita, só foi classificada a empresa que apresentou o menor preços no item solicitado, levando em consideração a disponibilidade imediata dos produtos, melhor tempo de entrega, e o envio das documentações de acordo com a convocação,



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMDAS
GABINETE DO SECRETÁRIO

foram fundamentais para escolha, tendo em vista a urgência da aquisição. Cabe frisar que estamos vivenciando uma procura desenfreada de produtos dessa natureza, devido a pandemia, essa alta demanda provoca escassez do produto para a imediata entrega. Todos os dias é possível identificar uma variação no valor de produto. Diante disso o §3º do art. 4º-E da Lei 13.979/20, dispõe da possibilidade de contratação de produtos com valores superiores devido a oscilação constante dos preços. Entretanto, verifica-se que o preço ofertado pela empresa R.MIRANDA MONTEIRO-ME CNPJ 01.405.368/0001, está dentro da média praticada no mercado, conforme se verifica comparando-o com os dados constantes no mapa de preços em apenso aos autos.

Fundamentação legal

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 4º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 e suas alterações posteriores, conforme diploma legal abaixo citado. Art. 4º - É dispensável a licitação: Art. 4º. É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. Vê-se que é possível ocorrer dispensa de licitação quando claramente caracterizado que os materiais e/ou serviços serão destinados ao enfrentamento da pandemia ocasionada pelo coronavírus. Esse conceito de emergência capaz de justificar a dispensa do procedimento licitatório deve estar respaldada em situação real decorrente de fato imprevisível ou, embora previsível, que não possa ser evitado. A dispensa de licitação por emergência tem lugar quando a situação que a justifica exige da Administração Pública providências rápidas e eficazes para debelar ou, ao menos, minorar as consequências lesivas à coletividade. Ainda nessa esteira constata-se respaldo legal no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, do qual prevê a possibilidade de dispensa de licitação em casos de situação calamitosa, senão vejamos: Art. 24, inciso IV - É dispensável a licitação: IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; Quanto à necessidade do enquadramento legal, vinculando-se o fundamento legal do Art.24,e 26 inciso IV, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93, vejamos o que a respeito, nos ensina o Dr. Antônio Carlos Cintra do Amara "A emergência é, a nosso ver, caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. Quando a realização de licitação não é incompatível com a solução necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência"(Licitações nas Empresas Estatais. São Paulo, McGraw Hill, 1979, p.34). Disciplina o Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes em sua obra CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO: "Para que a situação possa implicar na dispensa de licitação deve o fato concreto enquadrar-se no dispositivo legal preenchendo todos os requisitos. Não é permitido qualquer exercício de criatividade ao administrador, encontrando-se as hipóteses de licitação disponível previstas expressamente na Lei, *numerus clausus*, no jargão jurídico, querendo significar que são apenas aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitação". (JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação direta sem licitação. Brasília: Brasília Jurídica, 1995.p.156). Para Lúcia Valle Figueiredo e Sérgio Ferraz, a emergência é caracterizada: Pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. (FIGUEIREDO, 1994, FERRAZ, 1994, p. 94). Sobre estas considerações Justen Filho (2000) acrescenta ainda que: [...] a supremacia do interesse público fundamenta a exigência, como regra geral, de licitação para contratações da Administração



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMDAS
GABINETE DO SECRETÁRIO

Pública. No entanto, existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a própria consecução dos interesses públicos. (...). Por isso, autoriza-se a Administração a um outro procedimento, em que formalidades são suprimidas ou substituídas por outras (JUSTEN FILHO, 2000). Com maior rigor, mas na mesma linha de entendimento acerca dos pressupostos necessários à contratação direta por emergência, o Tribunal de Contas da União mantém o entendimento exarado conforme decisão do Plenário nº 347/94, de relatoria do Ministro Carlos Átila, abaixo transcrito: "Calamidade pública. Emergência. Dispensa de licitação. Lei nº 8.666/93, art. 24, IV. Pressupostos para aplicação. 1 – que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída a culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação; 2 – que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou vida de pessoas; 3 – que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso; 4 – que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado." Isto posto, os argumentos e teses ora esposados conduzem à conclusão de que a contratação direta com base na dispensa de licitação por emergência no combate da disseminação do COVID-19 terá assegurada sua legalidade e licitude, uma vez cabalmente demonstrados a potencialidade do dano o qual pretende combater, bem como a comprovação técnica de que o objeto a ser adquirido por meio da dispensa é essencial para a diminuição ou inoccorrência do contágio coletivo.

Vitoria do jari-25 de agosto de 2020.

ANTONIO AROLD DE OLIVEIRA COUTINHO
Secretário Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social-SEMDAS-FMAS/PMVJ
Decreto Nº 178/2020-GAB/PMVJ

Antonio Aroldo de O. Coutinho
Secretário Municipal de Desenvolvimento e
Assistência Social - PMVJ
Decreto nº 178/2020-GAB/PMVJ